



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE RECURSO

Processo nº: 1524/2019

Assunto: Pedido de Reexame – Referente ao Processo nº 5449/2016 – Prestação de Contas Consolidadas – Exercício 2015

Entidade de Origem: Prefeitura Municipal de Novo Alegre - CNPJ: 33.266.248/0001-58

Responsáveis: Wilson Souza e Silva - CPF: 054.685.821-04

Relator: Conselheiro Alberto Sevilha

Análise de Recurso nº 133/2019 (Pedido de Reexame)

Trata-se de Pedido de Reexame formulado pelo Senhor **Wilson Souza e Silva** – Prefeito do Município de Novo Alegre/TO, no exercício de 2016, em desfavor do **Parecer Prévio nº. 42/2017 – TCE/TO – 2ª Câmara**, exarado no processo nº 5449/2016, publicado no Boletim Oficial nº. 1859, aos 01 dias de junho de 2017, no qual esta Corte de Contas recomendou a rejeição das contas anuais consolidadas do Município de Novo Alegre - TO, alusivas ao exercício financeiro de 2015, cuja ementa foi vazada nos seguintes moldes:

EMENTA: PARECER PRÉVIO. MUNICÍPIO DE NOVO ALEGRE-TO. CONTAS CONSOLIDADAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015. RECOMENDAÇÃO PELA REJEIÇÃO. AUSÊNCIA DE RECONHECIMENTO E RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PREVIDENCIÁRIA. NÃO APLICAÇÃO, DENTRO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO, DE TODOS OS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB. REMESSA À CÂMARA LEGISLATIVA PARA JULGAMENTO.

Recurso próprio e tempestivo, pelo conhecimento.

Inconformado com a decisão, o Recorrente interpôs Embargos de Declaração o qual não foi conhecido nos termos da Resolução nº. 561/2018- 2ª Câmara - 04/12/2018. Não obtendo êxito no Embargo, o Recorrente interpôs o recurso apropriado (PEDIDO DE REEXAME) para rediscutir o mérito da decisão que levou a emissão do Parecer Prévio recomendando a rejeição de suas contas de Governo do ano de 2015.

Logo, as ocorrências que levaram à emissão do Parecer Prévio recomendando a rejeição das contas do Recorrente constam elencadas no item 11.1 letras ‘a’ e ‘b’ do Voto condutor do Parecer do Prévio, das quais, apoiar-se, ‘a’ o percentual da contribuição patronal previdenciária do Ente atingiu 13,54% dos vencimentos e remunerações, não se cumprindo o art.195, da CF/88, c/c o art.22, inciso I, da Lei Federal nº8212/1991, que define a alíquota de contribuição em 20%. (Item 10.6) e ‘b’ não houve aplicação, dentro do exercício de 2015, de todos os recursos recebidos do FUNDEB, deixou de ser aplicado 9,27%, uma vez que foram recebidos R\$1.823.291,99, e foram gastos R\$1.645.961,83, tal percentual excede o máximo de 5% que pode ser aplicado no 1º trimestre do exercício subsequente, violando, dessa forma, o art.21, caput, e § 2º da Lei Federal nº11.494/2007. (Item 10.9).

Ocorre que o Recorrente enfrenta no (PEDIDO DE REEXAME) apenas a ocorrência de letra ‘b’.

Em suas alegações, afirma:

QUE a documentação carreada nos autos do processo originário não foi objeto de análise por parte desta Relatoria;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE RECURSO

QUE tala ponto nos conduziu ao entendimento de manejo dos Embargos de Declaração;

QUE a existência de omissão, pois o ilustre relator não analisou todas as justificativas e documentos...;

QUE vossa manifestação há contrariedade, vez que no voto inicialmente há posicionamento sobre o atendimento do limite mínimo instituído por Lei e regular IN 06/2013, entretanto, faz contar que não houve atendimento aos requisitos legais;

QUE houve a correta aplicação dos recursos financeiros do FUNDB, posto que o mínimo legalmente instruído foi assegurado.

QUE há contrariedade na decisão, posto que ao mesmo tempo que se exige um mínimo de aplicação de 60%, embora se tenha aplicado 80,05%, alega haver contrariedade com a legislação vigente...;

ANÁLISE:

Não há possibilidade de lograr êxito o Recorrente com a tese levantada. Uma porque, ele inverte a ordem da análise proferida pelo Relator no voto, procurado, contornos interpretativos fora da realidade ensejadora em que se fundamenta a decisão, outra porque, o fato não consiste na questão ou não da aplicação do 60% dos recursos financeiros do FUNDEB na remuneração dos professores. O fato consiste no excedente máximo de 5% que foi ultrapassado pelo recorrente em 4,27%, ou seja, beirando o dobro. Portanto, análise do fato em conjunto com os dados extraídos do SICAP/Contábil 8º remessa e as normas que serviram de base para fundamentar o voto foram interpretadas corretamente pelo Relator.

O recorrente ao discordar da análise do fato, ao menos detinha a obrigação de contrapor os cálculos efetuados por esse Tribunal de Contas, cujo objetivo seria comprovar que no ano de 2015 a reserva transportada de recursos financeiros não foi de 9,27% e sim 5%.

O FUNDEB, é um fundo financeiro, por isso, todo recurso ingresso nesse fundo deve ser gasto no próprio exercício limitando a Lei a reserva de 5% que deve ser gasto até o 1º trimestre do exercício subsequente, ou seja, limite máximo para não infringência da norma, melhor dizendo, o recorrente detinha o dever de comprovar que o saldo existente não gasto era de 5% e que esse saldo foi gasto no 1º trimestre do exercício de 2016 sendo no caso, 2 (duas) etapas a serem vencidas pelo recorrente para provar que não houve violação do art.21, caput, e § 2º da Lei Federal nº11.494/2007.

Ademais, o recorrente enfrenta o fato reproduzindo em parte a mesma tese apresentada no Embargo de Declaração, (Control C + Control V), isso mesmo, move este Tribunal de Contas com os mesmos argumentos. **Mantenha-se a irregularidade.**

CONCLUSÃO:

Conhecer do Pedido de Reexame, interposto por **Wilson Souza e Silva**, Gestor à época, de Novo Alegre/TO, contra decisão emitida nos autos nº. 5449/2016, proferida pela 2ª



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
DIRETORIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENADORIA DE RECURSO

Câmara Julgadora do TCE/TO, por meio do qual o Tribunal Emitiu Parecer prévio pela **REJEIÇÃO** das Contas Anuais Consolidadas do Município de Novo Alegre - TO, referente ao exercício financeiro de 2015, e no mérito, manter o **Parecer prévio** pela **REJEIÇÃO** em face da permanência das seguintes irregularidade:

- 1- ‘a ‘o percentual da contribuição patronal previdenciária do Ente atingiu 13,54% dos vencimentos e remunerações, não se cumprindo o art.195, da CF/88, c/c o art.22, inciso I, da Lei Federal nº8212/1991, que define a alíquota de contribuição em 20%. (Item 10.6);
- 2- ‘b’ não houve aplicação, dentro do exercício de 2015, de todos os recursos recebidos do FUNDEB, deixou de ser aplicado 9,27%, uma vez que foram recebidos R\$1.823.291,99, e foram gastos R\$1.645.961,83, tal percentual excede o máximo de 5% que pode ser aplicado no 1º trimestre do exercício subsequente, violando, dessa forma, o art.21, caput, e § 2º da Lei Federal nº11.494/2007. (Item 10.9).

Encaminhem-se os autos ao Corpo Especial de Auditores.

Coordenadoria de Análise de Recursos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, 06 de maio de 2019.

Antônio Vilmar da Conceição Araújo
Téc.de Controle Externo
Matricula: 023836-8



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) assinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

ANTONIO VILMAR DA CONCEICAO ARAUJO

Cargo: TECNICO DE CONTROLE EXTERNO - CONTROLE EXTERNO - Matricula: 238368

Código de Autenticação: 61e2b687ebb54badd20837d06a120e3b - 06/05/2019 15:21:21